



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002853-96.2026.8.15
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N º 90012/2026
Edital nº 012/2026

CONTRATANTE (UASG)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA (926222)

OBJETO

Aquisição de GENERO ALIMENTICIO (café), através do sistema de REGISTRO DE PREGOS, para atender a manutenção das rotinas operacionais desenvolvidas pelos setores do Tribunal de Justica da Paraiba, conforme quantitativo, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 790.106,99 (setecentos e noventa mil, cento e seis reais e noventa e nove centavos),

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

DIA 30/04/2026 ÀS 09H (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO E FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

O Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados através da Portaria nº 545/2024, publicada no Diário da Justiça de 20 de maio de 2024 e Portaria nº 389/2025, publicada no Diário da Justiça de 20 de fevereiro de 2025 e Portaria nº 1.602/2025, publicada no Diário da Justiça de 04 de setembro de 2025, torna-se público que o(a) O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, sediado no 2º andar, localizado na Rua Professora Batista Leite 151 - Róger - João Pessoa – PB, fone: (83)9-9400-8910/ 83-3219-9417 e-mail: prege@tjpb.jus.br, realizará licitação, para registro de preços na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de GENERO ALIMENTICIO (café), através do sistema de REGISTRO DE PREÇOS, para atender a manutenção das rotinas operacionais desenvolvidas pelos setores do Tribunal de Justiça da Paraíba, conforme quantitativo, especificações e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada por ITEM, conforme tabela constante no Termo de Referência e anexo.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. (item excluído)

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1.aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2.autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3.empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4.pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5.aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6.empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7.pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8.agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9.*peçoas jurídicas reunidas em consórcio;*

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

- 3.11.** O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.12.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.13.** A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3.** *(item excluído).*
- 4.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6.1. *(item excluído);*

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 4.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. *valor unitário de cada item;*
- 5.1.2. *Marca;/ modelo*
- 5.1.3. *Fabricante;*
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer *proposta em quantitativo inferior ao máximo*.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Controle Externo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 0,10 (dez centavos)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

- 6.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado: aberto e fechado
- 6.11.** O modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1.A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 6.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.6 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12.** (Item excluído)
- 6.13.** (Item excluído)
- 6.14.** (Item excluído)
- 6.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

- 6.20.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.21.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 6.21.2.2. empresas brasileiras;
 - 6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1.** *(Item excluído)*
 - 6.22.2.** *(Item excluído)*
 - 6.22.3.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

- 6.22.4.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.22.5.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.22.6.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.22.7.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.23.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1.** SICAF;
- 7.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 7.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 7.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 7.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 7.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4.** (Item excluído)
- 7.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os item 4.6 deste edital.
- 7.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.7.** (Item excluído)

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. conter vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. (Item excluído).

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta de preço o Pregoeiro deverá assegurar a licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta, aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022

7.12. (Item excluído)

7.13. (Item excluído)

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita (parecer) do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.20. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

7.21. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. (Item excluído).
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer digitalização, ou ainda, quando a lei expressamente o exigir ressalvado a possibilidade de se realizar diligências em dúvida da autenticidade do algum documento não original.
- 8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.10. (Item excluído).
- 8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2(DUAS) HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.](#)

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15 Excluído)

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16.1 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

8.16.1.1. a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.16.1.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16.1.3. suprir a ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pela licitante;

8.16.1.4 suprir a ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16.1.5 A apresentação de documentos de que trata o subitem 8.13.1 será realizada em observância ao disposto no subitem 8.16.2 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16.2 Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação ou ainda, nas hipóteses admitidas no item 8.16.1, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação, por meio do campo de “anexos” do sistema.

8.16.2.1 Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para

o e-mail prege@tjpb.jus.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para as demais licitantes interessadas.

8.16.2.2. A apresentação de documentos de que trata o subitem 8.16.2 será realizada em observância ao disposto no subitem 8.16.2.1 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16.2.3. O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

8.16.2.4 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

8.16.2.5 Em caso de não envio dos documentos de que tratam os itens 8.16.1 e 8.7 no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015)

8.20 (Excluído)

8.21(Excluído)

8.22 Habilitação jurídica:

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b). Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d). Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e). Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial,

agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f). Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g). Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

h). Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

8.22.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.23. Habilitação fiscal, social e trabalhista.

a). Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e). Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor;

8.23.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23.2 . O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal

8.24. Habilitação econômica financeira.

a) Certidão negativa de falência(PJE) ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo(s) distribuidor(es) da sede do licitante ou de seu domicílio, ou que já tenham tido, no caso de empresas em recuperação judicial, certidão emitida pela instância judicial certificando o cumprimento do plano de recuperação homologado em juízo.

8.25 Habilitação técnica:

8.25.1 Conforme item 8.2.1 do Termo de referência anexo deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
 - (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.8 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.8.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

9.8.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

9.8.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

9.8.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

9.8.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

9.8.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

9.8.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

9.8.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

9.8.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

9.8.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

9.8.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

9.8.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

10.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no SEI
002853962026815

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 11.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 11.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 11.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 11.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 11.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 11.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;
 - 11.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 11.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 11.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 11.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - 11.1.5.** fraudar a licitação
 - 11.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 11.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 11.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 11.2.1.** advertência;
 - 11.2.2.** multa;
 - 11.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
 - 11.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 11.3.2.** as peculiaridades do caso concreto

- 11.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 11.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 11.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 **(dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 11.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de **1%** do valor do contrato licitado.
 - 11.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.
- 11.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 11.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

- 11.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, ou pelo seguinte e-mail: prege@tjpb.jus.br ou preferencialmente whatsapp institucional ; (83) 9-9400-8910.
- 12.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 12.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 13.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, bem como especificações no cadastro do sistema compras.gov, prevalecerá o Termo de referência deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.tjpb.jus.br/transparencia/licitacoes/consulta?modalidade=pregao-eletronico..>

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 13.11.1.** ANEXO I do Edital – Termo de Referência
- 13.11.2.** Anexo I do Termo de Referência- - Especificações técnicas
- 13.11.3.** ANEXO II do Edital – Ata de Registro de Preços
- 13.11.4.** ANEXO III do edital – Estudo Técnico Preliminar (ETP)
- 13.11.5.** ANEXO I do ETP – Especificações técnicas
- 13.11.6.** ANEXO II do ETP – CONSUMO CAFE
- 13.11.7.** ANEXO III do ETP- NOVA PESQUISA DE PREÇOS

João Pessoa, 14 de abril de 2026.

Disponibilizado por:

DIANA COELI DE ARAUJO VITAL

Pregoeira TJ-PB

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

Termo de Referência 6/2026

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

6/2026

926222-TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

Editado por

VERONICA LIMA FERREIRA

Atualizado em

13/04/2026 15:17 (v 0.8)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação

110/2026

Processo Administrativo

002853962026815

1. Definição do objeto

1.1. Aquisição de GÊNERO ALIMENTÍCIO (café), através do sistema de REGISTRO DE PREÇOS, para atender a manutenção das rotinas operacionais desenvolvidas pelos setores do Tribunal de Justiça da Paraíba, conforme quantitativo, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento.

AMPLA CONCORRÊNCIA						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	<div>CAFÉ TORRADO E MOÍDO NA CATEGORIA SUPERIOR</div> <div>- Grupo: torrado e moído - 100% Arábico - Categoria superior, - Grau de umidade: igual ou inferior a 5% - Índice de impurezas: até 1% - Isentos de elementos estranhos - Torra Média ou média clara; - Moagem: fina - Com nota de qualidade global igual ou superior a 6,0 pontos, conforme escala sensorial do café. - Embalado a vácuo em material apropriado -Estar</div>					

conformidade com a Resolução 716/2022 da ANVISA e alterações posteriores e com a Portaria SDA n 570, de 09/05/2022 do MAPA; em sua versão mais atualizada. - Deverá ser entregue em embalagem de 250 gr. - Na embalagem deverá conter: Identificação do lote, nome empresarial, CNPJ, o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto - Os produtos devem ter validade mínima de 12 meses a contar do recebimento, devendo estampada no rótulo da embalagem. - Os produtos deverão ser entregues em embalagens adequadas, devidamente identificadas. - Devendo possuir em plena validade os laudos abaixo, emitidos por laboratórios habilitados pela REBLAS /ANVISA ou credenciado junto ao ministério da Agricultura que possuam ABNT ISO 17025, (a fim de garantir a confiabilidade) com as seguintes análises:

Sensorial: avaliação de café, com nota de qualidade global mínima de 6,0 na escala sensorial de café;

Físico-químico (umidade), microscopia, microbiologia, granulometria (moagem), físico (ponto de torra), com data não superior a 90 dias. Será dispensada da apresentação do laudo sensorial (avaliação de café, com nota de qualidade global mínima de 6,0 na escala sensorial de café, a

01

463581

Pacote
(250g)

26.175

27,13

710.127,75

empresa que comprovar ter o produto (café) ofertado a certificação superior no Programa de Qualidade do Café – PQC da ABIC, através de certificação emitido pela ABIC, que deverá estar dentro do prazo de validade. Excepcionalmente, na fase de aceitação do produto, ficará dispensada a apresentação de laudo técnico ou laboratorial quando a proposta ofertar café das 463581 mais aproximado und 29.123 marcas Odebrecht Superior ou São Braz Coffe Shop Premium, em razão do reconhecimento de mercado, do histórico de fornecimento à Administração Pública e da conformidade reiteradamente comprovada quanto aos padrões de qualidade, permanecendo obrigatória a observância das demais exigências legais, sanitárias, de rotulagem e certificações vigentes. - Marca de referência: Café Odebrecht Superior, Café São Braz Coffe Shop Premium, ou outra marca similar, com qualidades iguais ou superior às exigidas comprovando todas às exigências do TR.

Excepcionalmente, na fase de aceitação do produto, ficará dispensada a apresentação de laudo técnico ou laboratorial quando a proposta ofertar café das 463581 mais aproximado und 29.123 marcas Odebrecht Superior

ou São Braz Coffe Shop Premium, em razão do reconhecimento de mercado, do histórico de fornecimento à Administração Pública e da conformidade reiteradamente comprovada quanto aos padrões de qualidade, permanecendo obrigatória a observância das demais exigências legais, sanitárias, de rotulagem e certificações vigentes.					
--	--	--	--	--	--

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E EQUIPARÁVEIS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	<p>CAFÉ TORRADO E MOÍDO NA CATEGORIA SUPERIOR</p> <p>- Grupo: torrado e moído - 100% Arábico - Categoria superior, - Grau de umidade: igual ou inferior a 5% - Índice de impurezas: até 1% - Isentos de elementos estranhos - Torra Média ou média clara; - Moagem: fina - Com nota de qualidade global igual ou superior a 6,0 pontos, conforme escala sensorial do café. - Embalado a vácuo em material apropriado -Estar conformidade com a Resolução 716/2022 da ANVISA e alterações posteriores e com a Portaria SDA n 570, de 09/05/2022 do MAPA; em sua versão mais atualizada. - Deverá ser</p>					

02	<p>entregue em embalagem de 250 gr. - Na embalagem deverá conter: Identificação do lote, nome empresarial, CNPJ, o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto - Os produtos devem ter validade mínima de 12 meses a contar do recebimento, devendo estampada no rótulo da embalagem. - Os produtos deverão ser entregues em embalagens adequadas, devidamente identificadas. - Devendo possuir em plena validade os laudos abaixo, emitidos por laboratórios habilitados pela REBLAS /ANVISA ou credenciado junto ao ministério da Agricultura que possuam ABNT ISO 17025, (a fim de garantir a confiabilidade) com as seguintes análises:</p> <p>Sensorial: avaliação de café, com nota de qualidade global mínima de 6,0 na escala sensorial de café;</p> <p>Físico-químico (umidade), microscopia, microbiologia, granulometria (moagem), físico (ponto de torra), com data não superior a 90 dias. Será dispensada da apresentação do laudo sensorial (avaliação de café, com nota de qualidade global mínima de 6,0 na escala sensorial de café, a empresa que comprovar ter o produto (café) ofertado a certificação superior no Programa de Qualidade do Café – PQC da ABIC, através de certificação emitido pela ABIC, que</p>	463581	Pacote (250g)	2.948	27,13	79.979,24
----	---	--------	---------------	-------	-------	-----------

deverá estar dentro do prazo de validade. Excepcionalmente, na fase de aceitação do produto, ficará dispensada a apresentação de laudo técnico ou laboratorial quando a proposta ofertar café das 463581 mais aproximado und 29.123 marcas Odebrecht Superior ou São Braz Coffe Shop Premium, em razão do reconhecimento de mercado, do histórico de fornecimento à Administração Pública e da conformidade reiteradamente comprovada quanto aos padrões de qualidade, permanecendo obrigatória a observância das demais exigências legais, sanitárias, de rotulagem e certificações vigentes. - Marca de referência: Café Odebrecht Superior, Café São Braz Coffe Shop Premium, ou outra marca similar, com qualidades iguais ou superior às exigidas comprovando todas às exigências do TR.

Excepcionalmente, na fase de aceitação do produto, ficará dispensada a apresentação de laudo técnico ou laboratorial quando a proposta ofertar café das 463581 mais aproximado und 29.123 marcas Odebrecht Superior ou São Braz Coffe Shop Premium, em razão do reconhecimento de mercado, do histórico de fornecimento à Administração Pública e da conformidade reiteradamente comprovada

quanto aos padrões de qualidade, permanecendo obrigatória a observância das demais exigências legais, sanitárias, de rotulagem e certificações vigentes.						
--	--	--	--	--	--	--

1.1.1. A relação de itens, indicando seus quantitativos, especificações mínimas, valores estimados, unitários e total, constam do ANEXO I deste Termo de Referência;

1.1.2. Os licitantes devem observar, como limite em suas propostas, os valores máximos estimados por item.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 6º, inciso XIII e art. 20 da Lei nº 14.133/2021, pois as especificações adotadas possuem padrão de desempenho e qualidade e são objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado..

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, consoante Resolução TJPB nº 13/2023.

1.4. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado a manutenção de preço vantajoso, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.462/2023, podendo também realizar a renovação do quantitativo nos termos do Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU.

1.5. Ressalta-se que a vigência dos contratos ou documentos equivalentes, dela decorrentes, poderá ser superior ao prazo de validade da Ata, desde que respeitada a vigência máxima conforme Lei nº 14.133/2021.

1.6. Não será admitida a adesão à Ata de Registro de preços decorrente deste procedimento licitatório.

1.7. O critério de julgamento escolhido será o de menor preço por item, através do Sistema de Registro de Preço face à especificidades do objeto e demanda do Tribunal.

1.8 A adjudicatária será convocada para assinatura da ata de registro de preço, devendo formalizá-la no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de envio da convocação por meio de e-mail encaminhado pelo Sistema de Gestão de Contratos (SGC) ou por outro sistema eletrônico que venha a substituí-lo.

1.9 O não atendimento à convocação no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração, poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na legislação vigente e no instrumento convocatório, inclusive a convocação dos demais licitantes, observada a ordem de classificação.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A presente contratação visa garantir o suprimento do estoque no Setor de Almoxarifado Central do TJPB, ante a necessidade de manutenção do fornecimento de gênero alimentício (café), a fim de proporcionar melhor qualidade no ambiente de trabalho aos magistrados, servidores, estagiários, colaboradores, terceirizados, visitantes e os demais cidadãos que frequentam o Poder Judiciário Estadual.

2.2. Os produtos serão utilizados para o preparo de bebidas quentes (café), servidas nas diversas Unidades Judiciárias e Administrativas, proporcionando estímulos e satisfações no ambiente de trabalho, e consequente atendimento às demandas existentes.

2.2.1 A relação de itens, indicando seus quantitativos, especificações mínimas constam do ANEXO I deste Termo de Referência.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, em execução conforme detalhamento a seguir:

DFD 23/2026

UASG: 926222

ID 96

Classe/grupo 8955 - café , chá e chocolate

Id da futura contratação: 926222 - 110/2026

3. Descrição da solução

3.1. A solução encaminhada é o Sistema de Registro de Preços (SRP) para aquisição de café, em observância da normativa apregoada pela Lei nº 14.133/2021, Resolução do TJPB nº 13/2023 e pelo Decreto Estadual nº 43.759 /2023 que versa sobre o SRP no âmbito estadual, há pertinência legal e fática para a contratação nos moldes em tela, nomeadamente:

3.1.1. Processamento por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) eis que pertinente.

3.1.2. É conveniente a aquisição de itens com previsão de entregas parceladas para evitar a formação de altos níveis de estoque.

3.2. A relação de itens, com a indicação de seus quantitativos e especificações constam do ANEXO I deste TR.

3.2.1. Destaca-se que a indicação das marcas de referência, constante no Anexo I da descrição do item, tem por objetivo tornar mais clara a descrição dos objetos da contratação, bem como facilitar a compreensão por parte das empresas concorrentes quanto à natureza e especificidades da demanda.

3.3. Os itens solicitados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial, MAPA, ABNT, INMETRO, etc, no que couber.

3.4. Os requisitos para contratação dos produtos devem estar pautado em normas técnicas para fabricação e consumo dos produtos e seguir orientações da RDC 216/2004 ou versões posteriores, que, dentre outras, orienta a respeito da manipulação, preparação, fracionamento, armazenamento, distribuição, transporte, exposição à venda e entrega de alimentos preparados para o consumo.

3.4.1. Quanto a aspectos ambientais a legislação brasileira se mostra bastante exigente em relação aos fabricantes, quanto a adequação ambiental a necessidade de licenciamento para a execução das atividades, englobando a

“localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental” (Resolução CONAMA n. 237/97).

Do item(café)

3.5. Foi verificada a aquisição de café moído e torrado, para preparo em água fervente com cafeteiras industriais ou chaleiras, como primeira solução, pois o café em pó oferece a vantagem de ser mais barato por xícara, principalmente em grandes quantidades, além de permitir maior flexibilidade na escolha do tipo de café, torra e intensidade. Essa opção, exige preparo manual, o que pode ser mais trabalhoso, e o controle da quantidade de café por xícara pode ser mais difícil. Além disso, a necessidade de equipamentos como cafeteiras pode gerar um custo inicial elevado, e a sustentabilidade pode ser comprometida pela geração de resíduos de pó e filtros de papel.

3.5.1. Destaca-se que o TJPB já se encontra equipado com cafeteiras industriais para a produção de café a partir do pó, com filtro de tecido, bem como garrafas térmicas para armazenamento da bebida pronta.

3.5.2. Como segunda opção foi analisada a aquisição de cápsulas de café, para preparo em cafeteiras especiais para o produto, pois, o café em cápsulas oferece praticidade e rapidez no preparo, ideal para quem tem pouco tempo. A limpeza também é mais fácil, bastando descartar a cápsula. No entanto, levando em conta que 01 (uma) cápsula de café custa entre R\$ 3,50 a R\$ 7,00, enquanto o pacote de 250 gr de café torrado e moído superior custa em torno de R\$ 27,00, o qual rende em média 100 xícaras de café de 50 ml, vislumbra-se que o custo de café por meio de cápsulas é bem mais alto, especialmente em pequenas quantidades, e as opções de café são limitadas às cápsulas disponíveis no mercado. Além disso, a sustentabilidade é um ponto crítico, pois a grande quantidade de cápsulas de plástico pode gerar resíduos e ter alto impacto ambiental, apesar de algumas marcas oferecerem opções recicláveis. Além disso, o custo inicial da máquina de café e a necessidade de filtros elevariam o custo total.

3.5.3. Assim a opção escolhida foi a aquisição de café em pó torrado e moído, tipo superior, uma vez que o TJPB já se encontra equipado com cafeteiras industriais para a produção de café a partir do pó, com filtro de tecido, bem como garrafas térmicas para armazenamento da bebida pronta.

3.5.4. O café deverá ser do tipo: Cafés Superiores Nota de QG $\geq 6,0$ e $<7,2$ Café de qualidade boa e sabor mais acentuado.

3.5.4.1. A solução mais indicada para atender a demanda do TJPB são: a) café superior torrado e moído, tendo em vista melhor qualidade nos grãos que o tradicional.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Para o fornecimento dos materiais, objeto desta contratação, a contratada deverá observar e seguir os critérios constantes no Plano de Logística Sustentável – PLS/PJPB 2024/2026. Esse documento além de informar as boas práticas ambientais no Poder Judiciário do Estado da Paraíba, também delinea ações, indicadores e metas, conforme diretrizes da Resolução nº 400/2021-CNJ, voltado para o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público para o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos e para a promoção da qualidade de vida no trabalho.

Da amostra

4.2. Para a contratação ora pretendida, não será necessária a apresentação de amostras físicas dos objetos. A avaliação técnica basear-se-á exclusivamente na documentação apresentada, e catálogo devidamente atualizado e correspondente ao modelo apresentado na proposta para comprovação de conformidade com as especificações técnicas do edital.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. As ordens de fornecimento serão enviadas pelo fiscal técnico do contrato através de e-mail fornecido pelo fornecedor, no sistema SGC (sistema de compras do TJPB), acompanhadas da respectiva nota de empenho, tendo o fornecedor o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da solicitação, para confirmação de recebimento do e-mail.

5.1.1. No caso de o fornecedor não informar o recebimento do e-mail no prazo indicado no subitem 5.1, a Ordem de Fornecimento será automaticamente considerada entregue.

5.2. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Fornecimento pelo fornecedor.

5.2.1. As ordens de fornecimento serão emitidas a partir da estimativa mínima de 30% (trinta por cento) do quantitativo estimado de cada item;

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Complexo Judicial de Mangabeira - Rua José Roberto Araújo de Sousa, Qd. nº 1741, Loteamento Projeto Mariz, 3ª etapa, Mangabeira, João Pessoa - PB, CEP: 58059-311. Horário das 8:00 às 16:00 horas (de segunda a quinta-feira) e das 8:00 às 12:00 (às sextas-feiras).

5.5. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.

Da Garantia

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7. Quando solicitado nas especificações do item, a contratada deverá atender a garantia/validade ali estabelecida.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. As atividades de gestão e fiscalização do(a) contrato/ATA serão realizadas de acordo com as seguintes disposições:

a) Gestão do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, emissão de termo de atesto e liberação de pagamento, dentre outros;

b) Fiscalização Técnica: é o acompanhamento do contrato/ATA com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no contrato ou documento equivalente (Termo de Referência, Projeto Básico, Carta-Contrato, Ordem de Serviço e/ou Fornecimento), para efeito de pagamento; conforme o resultado pretendido pela Administração, podendo ser auxiliado pelo Gestor do Contrato;

c) Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento; e

d) Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do(a) contrato/ATA nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade.

6.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, devendo ser exercidas por agentes públicos e equipe de fiscalização, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato.

6.3. Deverão ser observados os procedimentos estabelecidos no Manual de Gestão de Contratos e Processamento da Despesa deste Tribunal, para a execução das atividades de gestão e fiscalização dos contratos.

6.4. Na hipótese da contratação de terceiros, para assistir e para subsidiar os fiscais de contrato/ATA será observado o seguinte:

a) A empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato; e

b) A contratação de terceiros não eximirá o fiscal do contrato da responsabilidade, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

6.5. O recebimento provisório e definitivo ficará a cargo do fiscal técnico, setorial e/ou comissão designada pela autoridade competente, respeitadas as devidas atribuições.

6.6. O gestor do contrato e os fiscais técnico, administrativo e setorial poderão solicitar manifestação técnica do órgão de assessoramento jurídico e de controle interno do TJPB vinculados ao órgão ou a entidade promotora da contratação, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-los com informações relevantes para prevenir riscos na execução do(a) contrato/ATA.

6.7. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.8. As comunicações entre a equipe de gestão e fiscalização do(a) contrato/ata e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, através do uso do Sistema Gestor de Contratos do TJPB.

6.9. A equipe de gestão e fiscalização do contrato/ATA poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.11. A execução do contrato/ATA deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou pelos respectivos substitutos.

6.11.1. A equipe de gestão e fiscalização acompanhará a execução do(a) contrato/ATA, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no(a) contrato/ATA, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11.2. O fiscal técnico do contrato/ata anotará no histórico de gerenciamento do(a) contrato/ATA todas as ocorrências relacionadas à execução do(a) contrato/Ata, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Do reajuste

6.12. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.13. A escolha pelo IPCA-IBGE se deu por se tratar do índice oficial de inflação do Brasil, adotado pelo Governo Federal, se tratando de referência para as metas de inflação e para as alterações na taxa de juros.

6.14. O reajuste será formalizado por apostilamento, salvo se coincidente com termo aditivo para o fim de prorrogação de vigência da Ata.

6.15. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste desproporcional ao preço médio de mercado para a presente contratação, a contratante deverá negociar a adoção de preço compatível ao mercado.

6.16. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.17. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.18. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.19. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. Recebimento do Objeto

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, acompanhado da nota fiscal ou documento equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço/material nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto da contratação.

7.2. Liquidação e Pagamento:

7.2.1. Para fins de liquidação e pagamento da execução do objeto da contratação, a Contratada deve inserir no Sistema Gestor de Contratos, em arquivo digital, na forma indicada pela fiscalização do TJPB, os seguintes documentos:

7.2.1.1. Nota fiscal com descrição resumida do objeto, número da nota de empenho, mês de competência da entrega dos materiais/serviços; Certidão de Regularidade Fiscal (Federal, Estadual e Municipal), Certidão de Regularidade do FGTS e Trabalhista, todas válidas;

7.1.1.2. Consulta ao site oficial ou Declaração de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições – SIMPLES, se for o caso;

7.2.2. O pagamento será efetuado pelo Contratante no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da Contratada.

7.2.3. O pagamento somente será efetuado após o recebimento definitivo do objeto e o consequente aceite da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, pelo servidor competente ou comissão responsável, condicionado à verificação da conformidade da documentação discriminada neste Termo de Referência e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

7.2.3.1. Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o fornecimento tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, que a contratada formalize o pedido de liberação de pagamento, endereçado ao Ordenador de Despesa e poderá ocasionar o sancionamento da empresa e rescisão contratual.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura/Boleto ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.2.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.2.5.1. A CONTRATANTE fará a retenção, com repasse ao Órgão Arrecadador, de qualquer tributo ou contribuição determinada por legislação específica, sendo que a CONTRATANTE se reserva ao direito de efetuarla ou não nos casos em que for facultativo;

7.2.5.2. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação da documentação exigida neste Termo de Referência.

7.2.6. O Contratante pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, de acordo com o previsto neste Termo de Referência e/ou no Contrato.

7.2.7. O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada.

7.2.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento.

7.2.9. O Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

7.2.10. Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva do CONTRATANTE, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, devida pelo órgão CONTRATANTE será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios.

I = Índice de atualização financeira (Variação do IPCA do mês inerente ao atraso da fatura/30).

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela a ser paga.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1 A contratação será processada por meio do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, considerando a natureza do objeto e a necessidade de contratações futuras e eventuais, conforme demanda da Administração.

8.1.2 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

8.2. Exigências de habilitação

8.2.1. Será exigido da empresa participante que apresente comprovação de que pertence ao ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, através do ato constitutivo, estatuto, contrato social ou CNAE (principal e secundário).

8.2.2. Os requisitos a serem exigidos para fins de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista serão definidos no edital do procedimento licitatório.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 790.106,99

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 790.106,99 (setecentos e noventa mil, cento e seis reais e trinta e noventa e nove centavos)**, conforme custos unitários apostos na cotação de preço ANEXA a este Termo.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do TJPB.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VERONICA LIMA FERREIRA

Demandante Técnica Substituta



Assinou eletronicamente em 13/04/2026 às 14:57:42.

MARIA AUXILIADORA FERNANDES FORMIGA DOS SANTOS

Integrante Técnica



Assinou eletronicamente em 13/04/2026 às 15:09:42.

LIANA URQUIZA DE SA IAZABY LUBAMBO

gerente



Assinou eletronicamente em 13/04/2026 às 15:17:40.

ITEM A SER CONTRATADO

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND	QUANTIDADE
01	<p>CAFÉ TORRADO E MOÍDO NA CATEGORIA SUPERIOR</p> <p>MEEPP/</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grupo: torrado e moído - 100% Arábico - Categoria superior, - Grau de umidade: igual ou inferior a 5% - Índice de impurezas: até 1% - Isentos de elementos estranhos - Torra Média ou média clara; - Moagem: fina - Com nota de qualidade global igual ou superior a 6,0 pontos, conforme escala sensorial do café. - Embalado a vácuo em material apropriado -Estar conformidade com a Resolução 716/2022 da ANVISA e alterações posteriores e com a Portaria SDA n 570, de 09/05/2022 do MAPA; em sua versão mais atualizada. - Deverá ser entregue em embalagem de 250 gr. - Na embalagem deverá conter: <ul style="list-style-type: none"> Identificação do lote, nome empresarial, CNPJ, o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto - Os produtos devem ter validade mínima de 12 meses a contar do recebimento, devendo estampada no rótulo da embalagem. -Os produtos deverão ser entregues em embalagens adequadas, devidamente identificadas. - Devendo possuir em plena validade os laudos abaixo, emitidos por laboratórios habilitados pela REBLAS/ANVISA ou credenciado junto ao ministério da Agricultura que possuam ABNT ISO 17025, (a fim de garantir a confiabilidade) com as seguintes análises: <p>Sensorial: avaliação de café, com nota de qualidade global mínima de 6,0 na escala sensorial de café;</p> <p>Físico-químico (umidade), microscopia, microbiologia, granulometria (moagem), físico (ponto de torra), com data não superior a 90 dias.</p> <p>Será dispensada da apresentação do laudo sensorial (avaliação de café, com nota de qualidade global mínima de 6,0 na escala sensorial de café, a empresa que comprovar ter o produto (café) ofertado a certificação superior no Programa de Qualidade do Café – PQC da ABIC, através de certificação emitido pela ABIC, que deverá estar dentro do prazo de validade.</p> <p>Excepcionalmente, na fase de aceitação do produto, ficará dispensada a apresentação de laudo técnico ou laboratorial quando a proposta ofertar café das</p>	463581 mais aproximado	und	29.123

marcas Odebrecht Superior ou São Braz Coffe Shop Premium, em razão do reconhecimento de mercado, do histórico de fornecimento à Administração Pública e da conformidade reiteradamente comprovada quanto aos padrões de qualidade, permanecendo obrigatória a observância das demais exigências legais, sanitárias, de rotulagem e certificações vigentes.

- Marca de referência: Café Odebrecht Superior, Café São Braz Coffe Shop Premium, ou outra marca similar, com qualidades iguais ou superior às exigidas comprovando todas às exigências do TR.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Coordenação de Contratações

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**, com sede na Praça João Pessoa, s/nº, Centro, João Pessoa/PB, inscrito no CNPJ sob o nº 09.283.185/0001-63, neste ato representado pelo seu Presidente, Desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____, CEP _____, no Município de _____, denominado(a) **FORNECEDOR**, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) _____, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 002853-96.2026.8.15**, e o resultado final do **Pregão Eletrônico nº ____/2026**, e em observância à Lei nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 43.759/2023, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 9.697/2012, à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), como também pela Resolução TJPB nº 13/2023, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Aquisição de gêneros alimentícios (café), através do Sistema de Registro de Preços, para atender a manutenção das rotinas operacionais desenvolvidas pelos setores do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, conforme quantitativo, especificações e exigências estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo (e seus anexos) e na proposta vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. Os preços, as quantidades e as especificações dos serviços registrados nesta Ata encontram-se indicados no(s) seguinte(s) quadro(s):

Item	CATMAT	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
		CAFÉ TORRADO E MOÍDO NA CATEGORIA SUPERIOR - Grupo: torrado e moido - 100% Arábico - Categoria superior, - Grau de umidade: igual ou inferior a 5% - Índice de impurezas: até 1% - Isentos de elementos estranhos				

<p>01</p> <p>(Ampla concorrência)</p>	<p>463581</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Torra Média ou média clara; - Moagem: fina - Com nota de qualidade global igual ou superior a 6,0 pontos, conforme escala sensorial do café. - Embalado a vácuo em material apropriado -Estar conformidade com a Resolução 716/2022 da ANVISA e alterações posteriores e com a Portaria SDA n 570, de 09/05/2022 do MAPA; em sua versão mais atualizada. - Deverá ser entregue em embalagem de 250 gr. - Na embalagem deverá conter: Identificação do lote, nome empresarial, CNPJ, o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto - Os produtos devem ter validade mínima de 12 meses a contar do recebimento, devendo estampada no rótulo da embalagem. -Os produtos deverão ser entregues em embalagens adequadas, devidamente identificadas. - Devendo possuir em plena validade os laudos abaixo, emitidos por laboratórios habilitados pela REBLAS/ANVISA ou credenciado junto ao ministério da Agricultura que possuam ABNT ISO 17025, (a fim de garantir a confiabilidade) com as seguintes análises: <p>Sensorial: avaliação de café, com nota de</p>	<p>Pacote 250g</p>	<p>26.175</p>	<p>R\$</p>	<p>R\$</p>
---------------------------------------	---------------	---	--------------------	---------------	------------	------------

		<p>qualidade global mínima de 6,0 na escala sensorial de café;</p> <p>Físico-químico (umidade), microscopia, microbiologia, granulometria (moagem), físico (ponto de torra), com data não superior a 90 dias. Será dispensada da apresentação do laudo sensorial (avaliação de café, com nota de qualidade global mínima de 6,0 na escala sensorial de café, a empresa que comprovar ter o produto (café) ofertado a certificação superior no Programa de Qualidade do Café — PQC da ABIC, através de certificação emitido pela ABIC, que deverá estar dentro do prazo de validade.</p>				
		<p>CAFÉ TORRADO E MOÍDO NA CATEGORIA SUPERIOR</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grupo: torrado e moído - 100% Arábico - Categoria superior, - Grau de umidade: igual ou inferior a 5% - Índice de impurezas: até 1% - Isentos de elementos estranhos - Torra Média ou média clara; - Moagem: fina - Com nota de qualidade global igual ou superior a 6,0 pontos, conforme escala sensorial do café. - Embalado a vácuo em material apropriado 				

02 (ME/EPP)	463581	<p>-Estar conformidade com a Resolução 716/2022 da ANVISA e alterações posteriores e com a Portaria SDA n 570, de 09/05/2022 do MAPA; em sua versão mais atualizada.</p> <p>- Deverá ser entregue em embalagem de 250 gr.</p> <p>- Na embalagem deverá conter: Identificação do lote, nome empresarial, CNPJ, o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto</p> <p>- Os produtos devem ter validade mínima de 12 meses a contar do recebimento, devendo estampada no rótulo da embalagem.</p> <p>-Os produtos deverão ser entregues em embalagens adequadas, devidamente identificadas.</p> <p>- Devendo possuir em plena validade os laudos abaixo, emitidos por laboratórios habilitados pela REBLAS/ANVISA ou credenciado junto ao ministério da Agricultura que possuam ABNT ISO 17025, (a fim de garantir a confiabilidade) com as seguintes análises:</p> <p>Sensorial: avaliação de café, com nota de qualidade global mínima de 6,0 na escala sensorial de café;</p> <p>Físico-químico (umidade), microscopia, microbiologia, granulometria (moagem), físico (ponto de torra), com data não superior a 90 dias. Será</p>	Pacote 250g	2.948	R\$	R\$
----------------	--------	--	----------------	-------	-----	-----

		dispensada da apresentação do laudo sensorial (avaliação de café, com nota de qualidade global mínima de 6,0 na escala sensorial de café, a empresa que comprovar ter o produto (café) ofertado a certificação superior no Programa de Qualidade do Café — PQC da ABIC, através de certificação emitido pela ABIC, que deverá estar dentro do prazo de validade.				
VALOR TOTAL						R\$

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE

3.1. O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que devidamente comprovada a vantajosidade do preço.

CLÁUSULA QUARTA – DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Caberá a Gerência de Material, Patrimônio e Acervo/GEMAT o acompanhamento (fiscalização) de todas as Cláusulas previstas na Ata de Registro de Preços, bem como das demais definições estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

5.1. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada e que seja assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, ou encargos legais, ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

7.2. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (**Janeiro/2026**). Após o interregno de um ano, notadamente no caso de prorrogação do instrumento, os preços iniciais serão atualizados, independente de pedido do contratado, mediante a aplicação pela contratante do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. A escolha pelo IPCA-IBGE se deu por se tratar do índice oficial de inflação do Brasil, adotado pelo Governo Federal, se tratando de referência para as metas de inflação e para as alterações na taxa de juros.

7.4. O reajuste será formalizado por apostilamento, salvo se coincidente com termo aditivo para o fim de prorrogação de vigência ou alteração contratual.

7.5. Se a variação do indexador adotado implicar reajuste desproporcional ao preço médio de mercado, o fornecedor deverá negociar a adoção de preço compatível.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do Fornecedor será cancelado pelo Gerenciador quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do item 8.1 será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.3. O cancelamento dos preços registrados nesta Ata poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo Gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

9.1. O Fornecedor que, no decorrer da contratação, cometer qualquer das infrações previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ficará sujeita às seguintes sanções:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b) Multa moratória de até 0,5% (meio) por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor da Ordem de Fornecimento expedida, até o limite de 20 (vinte) dias;

c) Multa compensatória de até 20% (vinte) por cento sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total;

d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

e) Impedimento de licitar e contratar com o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, pelo prazo de até 3 (três) anos;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se no que couber as disposições da Lei nº 14.133/2021.

9.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública, o caráter educativo da pena, observado o princípio da proporcionalidade;

9.4. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

9.5. As penalidades previstas nos subitens 9.1 "e" e "f" importarão na inclusão do Contratado no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitatar e Contratar com o Estado da Paraíba – CAFIL/PB e no Cadastro de Empresas Impedidas e Suspensas – CEIS.

CLÁUSULA NONA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

10.1. Não será permitida a utilização da Ata de Registro de Preços por órgão não participante da licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOCUMENTAÇÃO

11.1. A presente ARP vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados:

a) Processo Administrativo Eletrônico nº 002853-96.2026.8.15;

b) Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026 – TJPB e seus anexos;

c) Proposta comercial do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

12.1. Os preços, quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário da Justiça Eletrônico do TJPB.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA

13.1. Seguem relacionadas no Anexo Único desta Ata, se for o caso, as empresas que aceitaram cotar preços iguais ao da licitante vencedora do Pregão Eletrônico nº ____/2026, do TJPB, na sequência da classificação do certame, cuja ordem de classificação deverá ser respeitada nas contratações, fazendo parte da lista que compõe o cadastro de reserva, em conformidade com o previsto no art. 26, inciso II, do Decreto Estadual nº 43.759/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

14.1. Para dirimir as questões da presente Ata de Registro de Preços, as partes elegem o foro da Comarca de João Pessoa, no Estado da Paraíba, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do Órgão Gerenciador e do Fornecedor indicado acima.

João Pessoa-PB. Documento datado e assinado eletronicamente.

DESEMBARGADOR FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
ÓRGÃO GERENCIADOR

Representante legal
FORNECEDOR

ANEXO ÚNICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CADASTRO DE RESERVA

Ordem de classificação	Fornecedor	Marca/modelo do objeto ofertado	CNPJ	Endereço	Representante legal	Informações para contato (telefone, e- mail, etc)
1º						
2º						

João Pessoa - PB, 14 de abril de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Valeria Freitas de Aguiar**, **Coordenador(a) de Contratações**, em 14/04/2026, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpb.jus.br/autentica>, informando o código verificador **0455824** e o código CRC **07DD34BC**.

Referência: Processo nº 002853-96.2026.8.15

SEI nº 0455824

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

Estudo Técnico Preliminar 1/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 002853962026815

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente contratação visa garantir o suprimento do estoque no Setor de Almoxarifado Central do TJPB, ante necessidade de manutenção do fornecimento de gênero alimentício, a fim de proporcionar melhor qualidade no ambiente de trabalho aos magistrados, servidores, estagiários, colaboradores, terceirizados, visitantes e as demais cidadãos que frequentam o Poder Judiciário Estadual.

2.2. O produto será utilizado para o preparo de bebidas quentes (café), servidas nas diversas Unidades judiciárias proporcionando estímulos e satisfações no ambiente de trabalho, e consequente atendimento às demandas das unidades.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gerência de Material Patrimônio e Acervo	Liana Urquiza de Sá Lubambo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos fundamentais para a aquisição devem seguir os parâmetros de eficiência e eficácia na entrega dos produtos.

4.1. Dos requisitos quanto à natureza do material

4.1.1. Considerando a solução escolhida, verifica-se que se trata de material comum, nos termos do parágrafo único, do art. 6º, inciso XIII e art. 20 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que as especificações adotadas possui padrão de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

4.1.2. O objeto, portanto, não se enquadra na categoria de bem de luxo, conforme Resolução nº 13/2023 /TJPB.

4.1.3. O critério de julgamento escolhido será o de menor preço por item, através do Sistema de Registro de Preço face às especificidades do objeto e demanda do Tribunal.

4.2. Da amostra

4.2.1. Para a contratação ora pretendida, não será necessária a apresentação de amostras físicas dos objetos. A avaliação técnica basear-se-á exclusivamente na documentação apresentada, e catálogo devidamente atualizado e correspondente ao modelo apresentado na proposta para comprovação de conformidade com as específicas técnicas do edital.

4.3. Da exigência de garantia contratual

4.3.1. Não será exigida a garantia da contratação de que tratam os Arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Da qualificação técnica

4.4.1. Será exigido da empresa participante que apresente comprovação de que pertence ao ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, através do ato constitutivo, estatuto, contrato social ou CNAE (principal e secundário).

4.4. Da subcontratação

4.5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto da presente contratação.

4.5. Do reajuste

4.6.1. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado. Após o interregno de 1 (um) ano e, independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.6.2. A escolha pelo IPCA-IBGE se deu por se tratar do Índice Oficial de Inflação do Brasil, adotado pelo Governo Federal, se tratando de referência para as metas de inflação e para as alterações na taxa de juros.

4.6. Do tratamento diferenciado para ME/EPP

4.7.1. Nos termos do art. 48, III da Lei Complementar nº 123/2006 (atualizada pela LC nº 147/2014), deverá ser estabelecido no certame para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte ME/EPP.

4.7. Do Sistema de Registro de Preços (SRP)

4.7.1. Os procedimentos relativos ao certame licitatório desta contratação serão realizados mediante o regime da Lei nº 14.133/2021 e Resolução nº 13/2023 do TJPB, bem como demais normativos necessários ao fiel e bom cumprimento dos procedimentos inerentes à contratação pública.

4.7.2. Verificou-se que o SRP para eventual aquisição, com entrega parcelada, dos itens alvo da licitação em tela é conveniente para o TJPB para evitar a formação de altos níveis de estoque e prejuízos na sua conservação.

4.7.3. A experiência adquirida pela Gerência de Material, Patrimônio e Acervo/GEMAT ao longo da execução das atas anteriores, dão conta de que o registro de preços para contratação de empresas para eventual aquisição parcelada de itens diversos, tais como os descritos neste ETP, é a melhor opção para atender a demanda existente.

4.8. Da prorrogação

4.8.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, em conformidade com o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.462/2023, podendo ser prorrogado, por igual período, bem como realizar a renovação do quantitativos nos termos do Parecer nº 00075 /2024/DECOR/CGU/AGU, desde que:

- a) Seja comprovada a manutenção do preço vantajoso;
- b) Haja previsão expressa no ato convocatório e na ARP;
- c) O tema tenha sido tratado na fase do planejamento da contratação; e
- d) A prorrogação da ARP seja celebrada por Termo Aditivo dentro do prazo de sua vigência.

4.8.1.1 A previsão de cláusula de renovação da ata para a aquisição de café em pó revela-se medida tecnicamente adequada e administrativamente estratégica, considerando tratar-se de bem de consumo diário, com demanda permanente e previsível, utilizado para atendimento interno de servidores, colaboradores e visitantes. Trata-se de insumo que integra a rotina institucional e cuja ausência pode gerar impactos operacionais e comprometimento das atividades administrativas.

A possibilidade de prorrogação da ata, quando demonstrada a vantajosidade para a Administração, assegura maior eficiência na gestão pública, evitando a necessidade de instauração frequente de novos procedimentos licitatórios para suprir demanda que é contínua e reiterada ao longo do exercício. Tal medida reduz custos administrativos indiretos, racionaliza o tempo de trabalho dos servidores envolvidos nos processos de contratação e minimiza riscos de desabastecimento.

Sob o aspecto econômico, a renovação permite preservar condições vantajosas obtidas por meio do certame, especialmente quando os preços permanecem compatíveis com os praticados no mercado. A prorrogação, nesses termos, contribui para a estabilidade do fornecimento e para a previsibilidade orçamentária.

Ressalte-se que tanto a prorrogação da vigência da Ata quanto a renovação do quantitativo não possuem caráter automático, estando condicionada à avaliação prévia da Administração quanto à vantajosidade, à manutenção das condições de habilitação, à regular execução da ata e à compatibilidade dos preços com o mercado nos termos da Lei 14.133/2021.

4.9. Da sustentabilidade

4.9.1. Para o fornecimento dos materiais, objeto desta contratação, a contratada deverá observar e seguir os critérios constantes no Plano de Logística Sustentável – PLS/PJPB 2024/2026. Esse documento além de informar as boas práticas ambientais no Poder Judiciário do Estado da Paraíba, também delinea ações, indicadores e metas, conforme diretrizes da Resolução nº 400/2021-CNJ, voltado para o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público para o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos e para a promoção da qualidade de vida no trabalho.

4.9.2. O PLS/PJPB 2024/2026 é instrumento vinculado ao Plano e a Gestão da Estratégia do Poder Judiciário do Estado da Paraíba 2025/2026, que declara a Responsabilidade Social e Ambiental como valor institucional, comprometendo-se com o empenho na melhoria de práticas sociais e ambientais responsáveis, procurando sempre atender às necessidades imediatas da sociedade, bem como adotar rigorosa atenção nas tomadas de decisões, considerando as possíveis implicações sociais e ambientais futuras.

4.10. A relação de itens, indicando seus quantitativos, especificações mínimas constam do ANEXO deste Estudo.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, citadas na tabela abaixo, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a contratação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa. Logo, a aquisição dos itens objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

Órgão	Pregão homologado nº/ARP	Objeto
Justiça Federal a 2ª Região	Pregão Eletrônico 900018/2024	Gênero alimentício
Poder Judiciário/Tribunal Superior do Trabalho	PREGÃO Nº 90113/2024	Gênero alimentício
Justiça Federal do Espírito Santo	ARP 02/2025	Gênero alimentício
Câmara dos deputados	Pregão Eletrônico nº. 90014 /2025	Gênero alimentício

5.2. Foi verificado a aquisição de café moído e torrado, para preparo em água fervente com cafeteiras industriais ou chaleiras, como primeira solução, pois o café em pó oferece a vantagem de ser mais barato por xícara, principalmente em grandes quantidades, além de permitir maior flexibilidade na escolha do tipo de café, torra e intensidade. Essa opção, exige preparo manual, o que pode ser mais trabalhoso, e o controle da quantidade de café por xícara pode ser mais difícil. Além disso, a necessidade de equipamentos como cafeteiras pode gerar um custo inicial elevado, e a sustentabilidade pode ser comprometida pela geração de resíduos de pó e filtros de papel.

5.2.1. Como segunda opção foi verificada analisada a aquisição de cápsulas de café, para preparo em cafeteiras especiais para o produto, pois, o café em cápsulas oferece praticidade e rapidez no preparo, ideal para quem tem pouco tempo. A limpeza também é mais fácil, bastando descartar a cápsula. No entanto, levando em conta que 01 (um) capsula de café custa entre R\$3,50 a R\$ 7,00, enquanto que pacote de 250gr de café torrado e moído superior custa em torno de R\$ 27,00, o qual rende em média 100 xícaras de café de 50 ml, vislumbra-se que o custo de café através de capsulas é bem mais alto, especialmente em pequenas quantidades, e as opções de café são limitadas às cápsulas disponíveis no mercado. A sustentabilidade é um ponto crítico, pois a grande quantidade de cápsulas de plástico pode gerar resíduos e ter alto impacto ambiental, apesar de algumas marcas oferecerem opções recicláveis. Além disso, o custo inicial da máquina de café e a necessidade de filtros elevariam o custo total.

5.2.2. Assim a opção escolhida foi a aquisição de café em pó torrado e moído, tipo superior, uma vez que o TJPB já se encontra equipada com cafeteiras industriais para a produção de café a partir do pó, com filtro de tecido bem como garrafas térmicas para armazenamento da bebida pronta.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Para a contratação da solução escolhida será indicado o Sistema de Registro de Preços (SRP) para aquisição de café, em observância da normativa apregoada pela Lei nº 14.133/2021, Resolução do TJPB nº 13/2023 e pelo Decreto Estadual nº 43.759/2023 que versa sobre o SRP no âmbito estadual, há pertinência legal e fática para a contratação nos moldes em tela, nomeadamente:

6.1.1. Processamento por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) eis que pertinente.

6.1.2. É conveniente a aquisição de itens com previsão de entregas parceladas para evitar a formação de altos níveis de estoque.

6.2. A relação de itens, com a indicação de seus quantitativos e especificações constam do ANEXO I deste Estudo Técnico.

6.2.1. Destaca-se que a indicação das marcas de referência constante no Anexo I da descrição do itens tem por objetivo tornar mais clara a descrição dos objetos da contratação, bem como facilitar a compreensão por parte das empresas concorrentes quanto à natureza e especificidades da demanda.

6.3. Os requisitos para contratação dos produtos devem estar pautado em normas técnicas para fabricação e consumo dos produtos e seguir orientações da Portaria SDA nº 570/2022 ou versões posteriores, que, dentre outras, orienta a respeito do requisitos de identidade e qualidade do produto, parâmetros de amostragem; modo de apresentação; marcação e rotulagem obrigatórias para café torrado embalado. Ou seja, ela trata da qualidade e da forma como o produto deve ser classificado e rotulado para ser comercializado legalmente no mercado brasileiro.

6.4. O café deverá ser do tipo: Cafés Superiores Nota de QG $\geq 6,0$ e $< 7,2$ Café de qualidade boa e sabor mais acentuado.

6.4.1. A solução mais indicada para atender a demanda do TJPB são: a) café superior torrado e moído, tendo em vista melhor qualidade nos grãos que o tradicional.

6.5. Quanto a aspectos ambientais a legislação brasileira se mostra bastante exigente em relação às fábricas quanto a adequação ambiental a necessidade de licenciamento para a execução das atividades, englobando a “localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental” (Resolução CONAMA n. 237/97).

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades a serem contratadas foram definidas com base no consumo anual dos itens abaixo elencados, apurado no período de **01/01/2025 a 31/12/2025**, conforme relatórios extraídos do Sistema ASI, utilizado pela Gerência de Material e Patrimônio – GEMAT para o controle e a gestão de estoque, conforme Anexo II deste Estudo Técnico Preliminar.

7.1.1. Sobre o quantitativo apurado, foi aplicado acréscimo de 30%, justificado pela reestruturação administrativa do Tribunal de Justiça da Paraíba – TJPB, que envolve, entre outros fatores:

- a criação de novos setores e coordenadorias;
- a ampliação do quadro de servidores;
- o retorno das atividades presenciais no prédio onde funciona o Anexo Administrativo Archimedes Souto Maior, após a conclusão das obras de reforma;
- a instituição de novas funções e estruturas organizacionais, com impacto direto no consumo dos itens.

7.2. Importante ressaltar que existem atas vigentes para os itens abaixo elencados, quis sejam:

7.2.1. CAFÉ:

7.2.1.1. A Ata de Registro de Preços nº 009/2025, firmada com a empresa Sul Brasil Atacadista Ltda., possui vigência até 07/07/2026. Contudo, não há saldo disponível para novas aquisições, em razão do esgotamento do quantitativo registrado, apesar de ainda existir estoque físico no almoxarifado.

7.2.1.2. Ressalta-se que, considerando o aumento de preços do item no mercado, optou-se, de forma preventiva, pela utilização integral do saldo remanescente da Ata, como medida de precaução e de economicidade, o que resultou no seu esgotamento antecipado.

7.2.1.3. Informa-se que o estoque existente no almoxarifado encontra-se sob rigoroso controle, em razão dos motivos anteriormente elencados, os quais ocasionaram aumento substancial no consumo de café. Ainda assim, de acordo com o acompanhamento realizado pela área responsável, a demanda atual permite o abastecimento das unidades do Tribunal de Justiça da Paraíba – TJPB até meados do mês de abril de 2026, sem prejuízo à continuidade das atividades administrativas.

7.2.1.4. Segue abaixo tabela com os quantitativos dos itens a serem adquiridos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE REQUISITADA ENTRE 01/01/2025 A 31/12 /2025	QUANTIDADE ESTIMADA (QUANTIDADE SOLICITADA + 30%) ARREDONDANDO
01	Café torrado e moído superior	463581	Pacote (250g)	22.402	29.123

7.2.1.5. As quantidades a serem contratadas foram baseadas no consumo anual dos itens abaixo informados, no período de 01/01/2025 a 31/12/2025, conforme relatórios extraídos do sistema ASI, sistema utilizado pela Gerência de Material de Patrimônio/GEMAT para tratar do estoque, conforme ANEXO II deste Estudo, acrescido de 30% em virtude da reestruturação do TJPB e retorno dos servidores que estavam em trabalho remoto devido a reforma do anexo administrativo Archimedes Souto maior.

7.3. Histórico das contratações anteriores:

ATA	PRODUTO	EMPRESA
-----	---------	---------

009/2025	CAFÉ	SUL BRASIL
0022/2024	CAFÉ	DPS
0023/2024	CAFÉ	SUL BRASIL
004/2023	CAFÉ	MB COMÉRCIO
005/2023	CAFÉ	HC
001/2022	CAFÉ	DISTRIBUIDORA NOSSA SRA. DE FÁTIMA

7.4. Os relatórios extraídos do sistema ASI estão no Anexo II deste Estudo Técnico Preliminar.

7.5. Descrição dos itens a serem contratados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	<p>CAFÉ TORRADO E MOÍDO NA CATEGORIA SUPERIOR</p> <p>- Grupo: torrado e moído - 100% Arábico - Categoria superior, - Grau de umidade: igual ou inferior a 5% - Índice de impurezas: até 1% - Isentos de elementos estranhos - Torra Média ou média clara; - Moagem: fina - Com nota de qualidade global igual ou superior a 6,0 pontos, conforme escala sensorial do café. - Embalado a vácuo em material apropriado -Estar conformidade com a Resolução 716 /2022 da ANVISA e alterações posteriores e com a Portaria SDA n 570, de 09/05/2022 do MAPA; em sua versão mais atualizada. - Deverá ser entregue em embalagem de 250 gr. - Na embalagem deverá conter: Identificação do lote, nome empresarial, CNPJ, o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto - Os produtos devem ter validade mínima</p>					

01	<p>de 12 meses a contar do recebimento, devendo estampada no rótulo da embalagem. - Os produtos deverão ser entregues em embalagens adequadas, devidamente identificadas. - Devendo possuir em plena validade os laudos abaixo, emitidos por laboratórios habilitados pela REBLAS/ANVISA ou credenciado junto ao ministério da Agricultura que possuam ABNT ISO 17025, (a fim de garantir a confiabilidade) com as seguintes análises:</p> <p>Sensorial: avaliação de café, com nota de qualidade global mínima de 6,0 na escala sensorial de café;</p> <p>Físico-químico (umidade), microscopia, microbiologia, granulometria (moagem), físico (ponto de torra), com data não superior a 90 dias. Será dispensada da apresentação do laudo sensorial (avaliação de café, com nota de qualidade global mínima de 6,0 na escala sensorial de café, a empresa que comprovar ter o produto (café) ofertado a certificação superior no Programa de Qualidade do Café – PQC da ABIC, através de certificação emitido pela ABIC, que deverá estar dentro do prazo de validade. Excepcionalmente, na fase de aceitação do produto, ficará dispensada a apresentação de laudo técnico ou laboratorial quando a proposta ofertar café das marcas Odebrecht Superior ou São Braz Coffe Shop Premium, em razão do reconhecimento de mercado, do histórico de fornecimento à Administração Pública e da conformidade reiteradamente comprovada quanto aos padrões de qualidade, permanecendo obrigatória a observância das demais exigências legais, sanitárias, de rotulagem e certificações vigentes. - Marca de</p>	463581	Pacote (250g)	29.123	27,13	790.106,99
----	--	--------	---------------	--------	-------	------------

<p>referência: Café Odebrecht Superior, Café São Braz Coffe Shop Premium, ou outra marca similar, com qualidades iguais ou superior às exigidas comprovando todas às exigências do TR.</p> <p>Excepcionalmente, na fase de aceitação do produto, ficará dispensada a apresentação de laudo técnico ou laboratorial quando a proposta ofertar café das marcas Odebrecht Superior ou São Braz Coffe Shop Premium, em razão do reconhecimento de mercado, do histórico de fornecimento à Administração Pública e da conformidade reiteradamente comprovada quanto aos padrões de qualidade, permanecendo obrigatória a observância das demais exigências legais, sanitárias, de rotulagem e certificações vigentes. -</p>					
--	--	--	--	--	--

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 790.106,99

8.1. A estimativa da contratação fora no importe de **R\$ 790.106,99 (setecentos e noventa mil, cento e seis reais e noventa e nove centavos)**, conforme cotação de preços prevista no Anexo III deste Estudo.

8.2. Os parâmetros utilizados na estimativa da despesa, encontram-se em total sintonia com os preceitos definidos pela Resolução TJPB 13/2023, a qual regulamenta os procedimentos licitatórios no âmbito do Tribunal de Justiça da Paraíba, em seus artigos 32º a 35º que dispõem sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral. Nesse sentido a ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela administração pública (Banco de Preços Públicos) foi priorizada para o levantamento da estimativa do valor da contratação.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A Lei nº 14.133/2021, estabelece em seu artigo 40, inciso V, alínea "b", como princípio, entre outros, o do parcelamento, "quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso", dispondo sobre algo similar no seu artigo 47, inciso II, mencionando o princípio do parcelamento como obrigatório "quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso".

9.2. No presente caso, considerando a viabilidade técnica, a solução foi parcelada em **itens**, obedecendo à regra prevista no instrumento legal supracitado, de modo a viabilizar o fornecimento dos materiais para diversas empresas promovendo, portanto, ampla participação, competitividade e vantagem econômica ao certame.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Verifica-se correlação do objeto com outras contratações no PJPB, quais sejam:

10.1.1. Eventual necessidade de novas aquisições de cafeteiras, e;

10.1.1.2. Empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, copeiragem, carregamento e descarregamento de materiais e jardinagem, com fornecimento de material e equipamentos, para atender às demandas nas Unidades Judiciárias e Administrativas do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual - PCA 2026 - 926222- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA, disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

DFD 23/2026

UASG: 926222

ID 96

Classe/grupo 8955 - café, chá e chocolate

Id da futura contratação: 926222 - 110/2026

11.2. A Contratação pretendida está alinhada ao Planejamento Estratégico 2021-2026 do TJPB nos termos da Resolução nº 35/2020 disponível em: <<https://www.tjpb.jus.br/planejamento-estrategico>>, através do(s) seguinte(s) Macrodesafio(s):

11.2.1. APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS: Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação objetiva a eficiência operacional interna, a humanização do serviço, a desburocratização, a simplificação de processos internos, o fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do TJPB e a adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

12.2. Com o fornecimento, sob demanda, de café superior torrado e moído, pretende-se sanar a necessidade constante de solicitações das unidades demandantes; adquirir o produto dentro do prazo de validade; e manter o estoque mínimo dos produtos para o atendimento ininterrupto das demandas das unidades judiciárias e administrativas do TJPB, sem comprometer o espaço do Almoxarifado da GEMAT.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não se verifica a necessidade de providências específicas a serem adotadas pela Administração previamente celebração do contrato, nem quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14. Com base nas contratações anteriores, não se vislumbra grandes impactos ambientais dos itens a serem contratados, observando-se o descarte adequado das embalagens, para minimizar o impacto ambiental causado pelo descarte inadequado de resíduos.

14.1. Para minimizar o impacto, é importante seguir as seguintes medidas:

14.1.1. Redução: Deverá ser observada a minimização da quantidade de materiais e embalagens que precisam ser descartados. Isso pode ser feito através da redução do consumo e da reutilização de materiais, com as unidades requisitantes solicitando apenas o necessário para o desenvolvimento das atividades no setor.

14.1.2. Reciclagem: Muitas das embalagens dos materiais a serem registrados podem ser reciclados, reduzindo a quantidade de resíduos que precisam ser descartados.

14.1.3. Coleta seletiva: A coleta seletiva é uma forma de separar os resíduos em diferentes categorias, facilitando o processo de reciclagem. É importante que os materiais sejam separados corretamente e encaminhados para os locais adequados de reciclagem.

14.1.4. Descarte adequado: Alguns materiais não podem ser reciclados e precisam ser descartados de forma adequada.

14.1.5. Logística: Um dos impactos ambientais gerados por esta pretensa aquisição são os custos de logística no transporte para a distribuição dos itens da sede na Capital, para as unidades do interior com consumo de combustível do veículo, porém como medida mitigadora, organizou-se a logística mais eficaz possível, com entregas trimestrais e em conjunto com outros materiais de consumo, adequando ainda a mão de obra dos almoxarifes e reduzindo custos operacional.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VERONICA LIMA FERREIRA

Técnica Judiciária



Assinou eletronicamente em 13/04/2026 às 14:46:46.

MARIA AUXILIADORA FERNANDES FORMIGA DOS SANTOS

Auxiliar judiciária



Assinou eletronicamente em 13/04/2026 às 15:07:05.

LIANA URQUIZA DE SA IAZABY LUBAMBO

Gerente



Assinou eletronicamente em 13/04/2026 às 15:17:03.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação de café em pó torrado e moído é viável e necessária para assegurar o regular funcionamento das atividades administrativas do Tribunal de Justiça da Paraíba – TJPB, tratando-se de item de consumo contínuo e essencial.

O quantitativo estimado foi definido com base no histórico de consumo apurado em sistema próprio de controle de estoque, acrescido de margem de segurança em razão do aumento da demanda, decorrente da reestruturação administrativa, ampliação do quadro funcional e retorno das atividades presenciais no Anexo Administrativo Archimedes Souto Maior.

Embora exista estoque controlado no almoxarifado, este é suficiente apenas até abril de 2026, inexistindo saldo disponível em ata vigente, o que justifica o planejamento antecipado da contratação, observada a legislação sanitária aplicável.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Especificação Técnica - Café.pdf (126.23 KB)
- Anexo II - CONSUMO CAFE - 01.01.2025 a 31.12.2025.pdf (49.78 KB)
- Anexo III - COTAÇÃO ATUALIZADA.pdf (460.33 KB)

ITEM A SER CONTRATADO

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND	QUANTIDADE
01	<p>CAFÉ TORRADO E MOÍDO NA CATEGORIA SUPERIOR</p> <p>MEEPP/</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grupo: torrado e moído - 100% Arábico - Categoria superior, - Grau de umidade: igual ou inferior a 5% - Índice de impurezas: até 1% - Isentos de elementos estranhos - Torra Média ou média clara; - Moagem: fina - Com nota de qualidade global igual ou superior a 6,0 pontos, conforme escala sensorial do café. - Embalado a vácuo em material apropriado -Estar conformidade com a Resolução 716/2022 da ANVISA e alterações posteriores e com a Portaria SDA n 570, de 09/05/2022 do MAPA; em sua versão mais atualizada. - Deverá ser entregue em embalagem de 250 gr. - Na embalagem deverá conter: <ul style="list-style-type: none"> Identificação do lote, nome empresarial, CNPJ, o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto - Os produtos devem ter validade mínima de 12 meses a contar do recebimento, devendo estampada no rótulo da embalagem. -Os produtos deverão ser entregues em embalagens adequadas, devidamente identificadas. - Devendo possuir em plena validade os laudos abaixo, emitidos por laboratórios habilitados pela REBLAS/ANVISA ou credenciado junto ao ministério da Agricultura que possuam ABNT ISO 17025, (a fim de garantir a confiabilidade) com as seguintes análises: <p>Sensorial: avaliação de café, com nota de qualidade global mínima de 6,0 na escala sensorial de café;</p> <p>Físico-químico (umidade), microscopia, microbiologia, granulometria (moagem), físico (ponto de torra), com data não superior a 90 dias.</p> <p>Será dispensada da apresentação do laudo sensorial (avaliação de café, com nota de qualidade global mínima de 6,0 na escala sensorial de café, a empresa que comprovar ter o produto (café) ofertado a certificação superior no Programa de Qualidade do Café – PQC da ABIC, através de certificação emitido pela ABIC, que deverá estar dentro do prazo de validade.</p> <p>Excepcionalmente, na fase de aceitação do produto, ficará dispensada a apresentação de laudo técnico ou laboratorial quando a proposta ofertar café das</p>	463581 mais aproximado	und	29.123

marcas Odebrecht Superior ou São Braz Coffe Shop Premium, em razão do reconhecimento de mercado, do histórico de fornecimento à Administração Pública e da conformidade reiteradamente comprovada quanto aos padrões de qualidade, permanecendo obrigatória a observância das demais exigências legais, sanitárias, de rotulagem e certificações vigentes.

- Marca de referência: Café Odebrecht Superior, Café São Braz Coffe Shop Premium, ou outra marca similar, com qualidades iguais ou superior às exigidas comprovando todas às exigências do TR.



Consumo de Material no Período - por U.G./ Almoxarifado / Material
Período: 01/01/2025 - 31/12/2025

U.G.: 000000 - TRIBUNAL DE JUSTICA DA PARAIBA

Almoxariafdo: 1102 - ALMOXARIFADO CENTRAL

Material	U.M.	CMM	Qtde. Requis. no Período	Qtde. Atendida no Período	Valor da Qtde. Atendida (R\$)	Estoque Atual (Qtde.)	Valor do Estoque (R\$)
200000095 - CAFE TORRADO E MOIDO 250G	PT	1.698,00	22.402	19.993	261.256,16	9.488	169.645,44
Total por Almoxarifado:				19.993	261.256,16	9.488	169.645,44
Total por U.G.:				19.993	261.256,16	9.488	169.645,44



Relatório de Cotação: CAFÉ TORRADO E MOÍDO PARA O TJPB

Pesquisa realizada entre 17/01/2026 18:46:55 e 03/03/2026 15:14:01

Relatório gerado no dia 13/04/2026 14:20:35 (IP: 200.6.49.254)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item	Preços	Quantidade	Preço Estimado	Percentual	Preço Estimado Calculado	Total
1) CAFÉ TORRADO E MOÍDO 250G (AMPLA CONCORRÊNCIA)	5	26.175 Pacotes	R\$ 27,13 (un)	-	R\$ 27,13	R\$ 710.127,75
2) CAFÉ TORRADO E MOÍDO 250G (ME/EPP)	5	2.948 Pacotes	R\$ 27,13 (un)	-	R\$ 27,13	R\$ 79.979,24

Valor Global: R\$ 790.106,99

Detalhamento dos Itens



Item 1: CAFÉ TORRADO E MOÍDO 250G (AMPLA CONCORRÊNCIA)

Preço Estimado: R\$ 27,13 (un) Percentual: - Preço Estimado Calculado: R\$ 27,13 Média dos Preços Obtidos: R\$ 27,13

Quantidade	Descrição	Observação
26.175 Pacotes	CAFÉ TORRADO E MOÍDO CATEGORIA SUPERIOR - Grupo: torrado e moído - 100% arábico - Categoria superior - Grau de umidade: i gual ou inferior a 5% - Índice de impurezas: até 1% - Isentos de elementos estranhos - Torra Média ou média clara; Moagem: fina - Com not a de qualidade global igual ou superior a 6,0 pontos, conforme escala sensorial da Resolução SAA 30, de 22/06/2007 em sua versão mais atu alizada.- Embalado a vácuo em material apropriado - Estar conformidade com a Resolução 277, de 22/09/05, e alterações e com a Portaria S DA n 570, de 09/05/2022, do MAPA; em sua versão mais atualizada.- Deverá ser entregue em embalagem de 250 gr.- Na embalagem deverá conter: identificação do lote, nome empresarial, CNPJ, o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto - Validade mínim a de 12 meses - A data da validade deverá constar a partir da entrega pelo fornecedor no almoxarifado deste Tribunal.- Devendo possuir em p lena validade os laudos abaixo, emitidos por laboratórios habilitados pela REBLAS/ANVISA ou credenciado junto ao ministério da Agricult ura que possuam ABNT ISO 17025, (a fim de garantir a confiabilidade) com as seguintes análises: Sensorial: avaliação de café, com nota de qualidade global mínima de 6,0 na escala sensorial de café; Físicoquímico (umidade), microscopia, microbiologia, granulometria (moagem), físico (ponto de torra), com data não superior a 90 dias. Será dispensada da apresentação do laudo sensorial (avaliação de café, com nota de q ualidade global mínima de 6,0 na escala sensorial de café, a empresa que comprovar ter o produto (café) ofertado a certificação superior no P rograma de Qualidade do Café – PQC da ABIC, através de certificação emitido pela ABIC, que deverá estar dentro do prazo de validade.- M arca de referência: Café Odebrecht Superior, São Braz, ou outra marca similar, com qualidades iguais ou superior às exigidas.	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais R\$ 26,90
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 07.616.162/0001-06	Data: 10/09/2025 08:50
Órgão: MUNICIPIO DE CAUCAIA / 1 - MUNICIPIO DE CAUCAIA	Modalidade: Pregão - Eletrônico
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE CAUCAIA-CE, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SRP: SIM
Descrição: CAFÉ TORRADO E MOÍDO. Empacotado à vácuo puro. Embalagem de 250g com rendimento igual ou superior a 7 litros para o preparo de café suave de intensidade 8 ou maior, - CAFÉ TORRADO E MOÍDO. Empacotado à vácuo puro. Embalagem de 250g com rendimento igual ou superior a 7 litros para o preparo de café suave de intensidade 8 ou maior,	Identificação: 07616162000106-1-000141/2025
	Lote/Item: 1/29
	Ata: N/A
	Homologação: 25/11/2025 00:00
	Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
	Quantidade: 9.500
	Unidade: UN
	UF: CE

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
13.403.884/0001-77	COMERCIAL ELLEN LTDA	R\$ 26,90
VENCEDOR		
Marca:		
Fabricante: Fabricante não informado		
Modelo:		

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais R\$ 23,49
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 22.812.960/0001-99	Data: 20/08/2025 08:29
Órgão: MUNICIPIO DE APUI / 1 - Prefeitura Municipal de Apuí	Modalidade: Pregão - Presencial
Objeto: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E CORRELATOS,	SRP: NÃO
Descrição: CAFÉ TORRADO E MOÍDO 250 G - CAFÉ TORRADO E MOÍDO 250 G	Identificação: 22812960000199-1-000083/2025
	Lote/Item: 1/44
	Ata: N/A
	Homologação: 14/10/2025 00:00
	Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
	Quantidade: 15.031
	Unidade: PACOTE
	UF: AM



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
01.776.529/0001-64 *VENCEDOR*	R. DE SOUZA SANTOS COMERCIAL	R\$ 23,49
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

R\$ 28,11

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 07.623.077/0001-67	Data: 18/08/2025 09:59
Órgão: MUNICIPIO DE ITAPIPOCA / 202588 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTAO	Modalidade: Pregão - Eletrônico
Objeto: Registro de Preços para Aquisição de materiais de manutenção e operação de copa e cozinha, incluindo gêneros alimentícios, utensílios, equipamentos e insumos necessários para as unidades administrativas da Secretaria de Planejamento e Gestão, visando da o suporte adequado às atividades administrativas e operacionais.	SRP: SIM
Descrição: CAFÉ EM PÓ TORRADO E MOÍDO - ACONDICIONADO EM EMBALAGENS A VÁCUO DE 250G, CAIXA DE PAPELÃO OU PLÁSTICO COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ISENTO DE SUJIDADES, PARAS - CAFÉ EM PÓ TORRADO E MOÍDO - ACONDICIONADO EM EMBALAGENS A VÁCUO DE 250G, CAIXA DE PAPELÃO OU PLÁSTICO COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS LARVAS E MATERIAL ESTRANHO.INTENSIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 8. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 6 MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	Identificação: 07623077000167-1-000093/2025
	Lote/Item: 1/6
	Ata: N/A
	Homologação: 31/10/2025 00:00
	Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
	Quantidade: 11.095
	Unidade: PCT
	UF: CE

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
17.328.748/0001-10 *VENCEDOR*	PROVIX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	R\$ 26,30
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
58.502.413/0001-54	F M B COMERCIAL LTDA	R\$ 29,92
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		

Preço (Compras Governamentais) 4: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

R\$ 29,50

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 05.424.487/0001-53	Data: 07/08/2025 08:00
Órgão: JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA	Modalidade: Pregão Eletrônico
Objeto: Aquisição de materiais de consumo para almoxarifado.	SRP: SIM
Descrição: Café - Café Apresentação: Torrado Moído, Intensidade: Média, Tipo: Superior, Característica Adicional: Blend Arábica E Conilon	Identificação: N°Pregão:900112025 / UASG:090006
CatMat: 463580 - Café - Apresentação: Torrado Moído Intensidade: Média Tipo: Superior Característica Adicional: Blend Arábica E Conilon	Lote/Item: /3
	Ata: Link Ata
	Homologação: 17/10/2025 15:32
	Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
	Quantidade: 4.875
	Unidade: Pacote 250,00 G
	UF: CE

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
08.388.921/0001-85 *VENCEDOR*	MIKROSHOP COMERCIO SOLUCOES E TECNOLOGIA LTDA	R\$ 28,70
Marca: SÃO BRAZ Fabricante: Fabricante não informado Modelo: CAFÉ 250GR PREMIUM		



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
64.106.552/0001-61	DPS GONCALVES INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 29,50
Marca: FRATERNNO Fabricante: Fabricante não informado Modelo: SUPERIOR - PQC/ABIC		
53.254.670/0001-09	EB DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 36,80
Marca: PILÃO / PILÃO Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Café Apresentação: Torrado Moído, Intensidade: Méd		
48.947.862/0001-52	VITOR AUGUSTO DIAS SILVA	R\$ 36,80
Marca: Café Dias Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Café Dias		
05.549.656/0001-81	GERMANO BARROS SANTANA	R\$ 36,82
Marca: LOR Fabricante: Fabricante não informado Modelo: LOR		
06.910.908/0001-19	J BRILHANTE COMERCIAL LTDA	R\$ 36,82
Marca: ESTRADA REAL/TRÊS CORAÇÕES Fabricante: Fabricante não informado Modelo: CAFÉ SUPERIOR VÁCUO 250G CIM PQC		
19.295.403/0001-33	N MAYARA DO CARMO DE OLIVEIRA	R\$ 36,82
Marca: tres corações Fabricante: Fabricante não informado Modelo: principal		
11.914.096/0001-10	PH&B COMERCIO & SERVICOS LTDA	R\$ 36,82
Marca: BLEND 53 Fabricante: Fabricante não informado Modelo: BLEND 53		
29.463.840/0001-72	FRANCISCO HALLISON AZEVEDO LOPES 84798548391	R\$ 500,00
Marca: Café Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Café		

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

Valor corrigido em 0,62% pelo índice **IPCA-E**. (Data de atualização: 12/02/2026 Ref.: 01/2026)

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

~~R\$ 27,50~~

R\$ 27,67

CNPJ: 04.190.765/0001-92	Data: 21/05/2025 23:16
Órgão: Prefeitura Municipal de Eirunepé	Modalidade: Pregão para Registro de Preço
Objeto: Aquisição eventual de gêneros alimentícios componentes da merenda escolar, através do sistema de registro de preços	SRP: SIM
Descrição: CAFÉ TORRADO E MOÍDO, Apresentação: torrado e moído sem misturas, Embalagem: tipo almofada, pct c/ 250g. Características Adicionais: 1ª qualidade, com características, aspecto cor, odor e sabor próprios. - CAFÉ TORRADO E MOÍDO, Apresentação: torrado e moído sem misturas, Embalagem: tipo almofada, pct c/ 250g. Características Adicionais: 1ª qualidade, com características, aspecto cor, odor e sabor próprios.	Identificação: 390784
	Lote/Item: 1/7
	Ata: Link Ata
	Fonte: www.portaldecompraspublicas.com.br
	Quantidade: 7.200
	Unidade: UN
	UF: AM

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
05.881.930/0001-15	CLAZION E ARLEIDE LTDA	R\$ 20,50
VENCEDOR		
Marca: Café Pimpinela Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Café Pimpinela		
05.344.603/0002-05	DM COMERCIO DE GAS, PRODUTOS ALIMENTICIOS E FRIOS LTDA	R\$ 34,50
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		



Item 2: CAFÈ TORRADO E MOÍDO 250G (ME/EPP)

Preço Estimado: R\$ 27,13 (un) Percentual: - Preço Estimado Calculado: R\$ 27,13 Média dos Preços Obtidos: R\$ 27,13

Quantidade	Descrição	Observação
2.948 Pacotes	CAFÉ TORRADO E MOÍDO CATEGORIA SUPERIOR - Grupo: torrado e moído - 100% arábico - Categoria superior - Grau de umidade: igual ou inferior a 5% - Índice de impurezas: até 1% - Isentos de elementos estranhos - Torra Média ou média clara; Moagem: fina - Com nota de qualidade global igual ou superior a 6,0 pontos, conforme escala sensorial da Resolução SAA 30, de 22/06/2007 em sua versão mais atualizada.- Embalado a vácuo em material apropriado - Estar conformidade com a Resolução 277, de 22/09/05, e alterações e com a Portaria SDA n 570, de 09/05/2022, do MAPA; em sua versão mais atualizada.- Deverá ser entregue em embalagem de 250 gr.- Na embalagem deverá conter: identificação do lote, nome empresarial, CNPJ, o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto - Validade mínima de 12 meses - A data da validade deverá constar a partir da entrega pelo fornecedor no almoxarifado deste Tribunal.- Devendo possuir em plena validade os laudos abaixo, emitidos por laboratórios habilitados pela REBLAS/ANVISA ou credenciado junto ao ministério da Agricultura que possua ABNT ISO 17025, (a fim de garantir a confiabilidade) com as seguintes análises: Sensorial: avaliação de café, com nota de qualidade global mínima de 6,0 na escala sensorial de café; Físicoquímico (umidade), microscopia, microbiologia, granulometria (moagem), físico (ponto de e torra), com data não superior a 90 dias. Será dispensada da apresentação do laudo sensorial (avaliação de café, com nota de qualidade global mínima de 6,0 na escala sensorial de café, a empresa que comprovar ter o produto (café) ofertado a certificação superior no Programa de Qualidade do Café – PQC da ABIC, através de certificação emitido pela ABIC, que deverá estar dentro do prazo de validade.- Marca de referência: Café Odebrecht Superior, São Braz, ou outra marca similar, com qualidades iguais ou superior às exigidas.	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais R\$ 26,90
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 07.616.162/0001-06	Data: 10/09/2025 08:50
Órgão: MUNICIPIO DE CAUCAIA / 1 - MUNICIPIO DE CAUCAIA	Modalidade: Pregão - Eletrônico
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE CAUCAIA-CE, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SRP: SIM
Descrição: CAFÉ TORRADO E MOÍDO. Empacotado à vácuo puro. Embalagem de 250g com rendimento igual ou superior a 7 litros para o preparo de café suave de intensidade 8 ou maior; - CAFÉ TORRADO E MOÍDO. Empacotado à vácuo puro. Embalagem de 250g com rendimento igual ou superior a 7 litros para o preparo de café suave de intensidade 8 ou maior,	Identificação: 07616162000106-1-000141/2025
	Lote/Item: 1/29
	Ata: N/A
	Homologação: 25/11/2025 00:00
	Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
	Quantidade: 9.500
	Unidade: UN
	UF: CE

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
13.403.884/0001-77	COMERCIAL ELLEN LTDA	R\$ 26,90
VENCEDOR		
Marca:		
Fabricante: Fabricante não informado		
Modelo:		

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais R\$ 23,49
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 22.812.960/0001-99	Data: 20/08/2025 08:29
Órgão: MUNICIPIO DE APUI / 1 - Prefeitura Municipal de Apuí	Modalidade: Pregão - Presencial
Objeto: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E CORRELATOS,	SRP: NÃO
Descrição: CAFÉ TORRADO E MOÍDO 250 G - CAFÉ TORRADO E MOÍDO 250 G	Identificação: 22812960000199-1-000083/2025
	Lote/Item: 1/44
	Ata: N/A
	Homologação: 14/10/2025 00:00
	Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
	Quantidade: 15.031
	Unidade: PACOTE
	UF: AM



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
01.776.529/0001-64 *VENCEDOR*	R. DE SOUZA SANTOS COMERCIAL	R\$ 23,49
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

R\$ 28,11

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 07.623.077/0001-67	Data: 18/08/2025 09:59
Órgão: MUNICIPIO DE ITAPIPOCA / 202588 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTAO	Modalidade: Pregão - Eletrônico
Objeto: Registro de Preços para Aquisição de materiais de manutenção e operação de copa e cozinha, incluindo gêneros alimentícios, utensílios, equipamentos e insumos necessários para as unidades administrativas da Secretaria de Planejamento e Gestão, visando da o suporte adequado às atividades administrativas e operacionais.	SRP: SIM
Descrição: CAFÉ EM PÓ TORRADO E MOÍDO - ACONDICIONADO EM EMBALAGENS A VÁCUO DE 250G, CAIXA DE PAPELÃO OU PLÁSTICO COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ISENTO DE SUJIDADES, PARAS - CAFÉ EM PÓ TORRADO E MOÍDO - ACONDICIONADO EM EMBALAGENS A VÁCUO DE 250G, CAIXA DE PAPELÃO OU PLÁSTICO COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS LARVAS E MATERIAL ESTRANHO.INTENSIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 8. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 6 MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	Identificação: 07623077000167-1-000093/2025
	Lote/Item: 1/6
	Ata: N/A
	Homologação: 31/10/2025 00:00
	Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
	Quantidade: 11.095
	Unidade: PCT
	UF: CE

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
17.328.748/0001-10 *VENCEDOR*	PROVIX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	R\$ 26,30
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
58.502.413/0001-54	F M B COMERCIAL LTDA	R\$ 29,92
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		

Preço (Compras Governamentais) 4: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

R\$ 29,50

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 05.424.487/0001-53	Data: 07/08/2025 08:00
Órgão: JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA	Modalidade: Pregão Eletrônico
Objeto: Aquisição de materiais de consumo para almoxarifado.	SRP: SIM
Descrição: Café - Café Apresentação: Torrado Moído, Intensidade: Média, Tipo: Superior, Característica Adicional: Blend Arábica E Conilon	Identificação: NºPregão:900112025 / UASG:090006
CatMat: 463580 - Café - Apresentação: Torrado Moído Intensidade: Média Tipo: Superior Característica Adicional: Blend Arábica E Conilon	Lote/Item: /3
	Ata: Link Ata
	Homologação: 17/10/2025 15:32
	Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
	Quantidade: 4.875
	Unidade: Pacote 250,00 G
	UF: CE

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
08.388.921/0001-85 *VENCEDOR*	MIKROSHOP COMERCIO SOLUCOES E TECNOLOGIA LTDA	R\$ 28,70
Marca: SÃO BRAZ Fabricante: Fabricante não informado Modelo: CAFÉ 250GR PREMIUM		



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
64.106.552/0001-61	DPS GONCALVES INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 29,50
Marca: FRATERNNO Fabricante: Fabricante não informado Modelo: SUPERIOR - PQC/ABIC		
53.254.670/0001-09	EB DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 36,80
Marca: PILÃO / PILÃO Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Café Apresentação: Torrado Moído, Intensidade: Méd		
48.947.862/0001-52	VITOR AUGUSTO DIAS SILVA	R\$ 36,80
Marca: Café Dias Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Café Dias		
05.549.656/0001-81	GERMANO BARROS SANTANA	R\$ 36,82
Marca: LOR Fabricante: Fabricante não informado Modelo: LOR		
06.910.908/0001-19	J BRILHANTE COMERCIAL LTDA	R\$ 36,82
Marca: ESTRADA REAL/TRÊS CORAÇÕES Fabricante: Fabricante não informado Modelo: CAFÉ SUPERIOR VÁCUO 250G CIM PQC		
19.295.403/0001-33	N MAYARA DO CARMO DE OLIVEIRA	R\$ 36,82
Marca: tres corações Fabricante: Fabricante não informado Modelo: principal		
11.914.096/0001-10	PH&B COMERCIO & SERVICOS LTDA	R\$ 36,82
Marca: BLEND 53 Fabricante: Fabricante não informado Modelo: BLEND 53		
29.463.840/0001-72	FRANCISCO HALLISON AZEVEDO LOPES 84798548391	R\$ 500,00
Marca: Café Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Café		

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

Valor corrigido em 0,62% pelo índice **IPCA-E**. (Data de atualização: 12/02/2026 Ref.: 01/2026)

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

~~R\$ 27,50~~

R\$ 27,67

CNPJ: 04.190.765/0001-92	Data: 21/05/2025 23:16
Órgão: Prefeitura Municipal de Eirunepé	Modalidade: Pregão para Registro de Preço
Objeto: Aquisição eventual de gêneros alimentícios componentes da merenda escolar, através do sistema de registro de preços	SRP: SIM
Descrição: CAFÉ TORRADO E MOÍDO, Apresentação: torrado e moído sem misturas, Embalagem: tipo almofada, pct c/ 250g. Características Adicionais: 1ª qualidade, com características, aspecto cor, odor e sabor próprios. - CAFÉ TORRADO E MOÍDO, Apresentação: torrado e moído sem misturas, Embalagem: tipo almofada, pct c/ 250g. Características Adicionais: 1ª qualidade, com características, aspecto cor, odor e sabor próprios.	Identificação: 390784
	Lote/Item: 1/7
	Ata: Link Ata
	Fonte: www.portaldecompraspublicas.com.br
	Quantidade: 7.200
	Unidade: UN
	UF: AM

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
05.881.930/0001-15	CLAZION E ARLEIDE LTDA	R\$ 20,50
VENCEDOR		
Marca: Café Pimpinela Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Café Pimpinela		
05.344.603/0002-05	DM COMERCIO DE GAS, PRODUTOS ALIMENTICIOS E FRIOS LTDA	R\$ 34,50
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		



Os cálculos deste relatório foram elaborados com base nas metodologias descritas na 4ª edição do Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A utilização desse manual assegura a precisão e a confiabilidade dos cálculos apresentados, conforme os padrões estabelecidos pelo STJ. Para mais detalhes, acesse [aqui](#).

Critérios Estatísticos Gerais	
30%	Preços excessivamente elevados: valores superiores a 30% da média do rol de preços obtidos
70%	Inexequível: valores inferiores a 70% da média do rol de preços obtidos

Critérios Estatísticos por item								
Item	Média	Mediana	Desvio Padrão Amostral	Coeficiente de Variação	Método Estatístico	Preço Mínimo	Válidos	
							Média	Mediana
CAFÊ TORRADO E MOÍDO 250G (AMPLA CONCORRÊNCIA)	R\$ 27,13	R\$ 27,67	2,25	8,28	Média	R\$ 23,49	R\$ 27,13	R\$ 27,67
CAFÊ TORRADO E MOÍDO 250G (ME/EPP)	R\$ 27,13	R\$ 27,67	2,25	8,28	Média	R\$ 23,49	R\$ 27,13	R\$ 27,67

Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
1	CAFÉ TORRADO E MOÍDO CATEGORIA SUPERIOR - Grupo: torrado e moído - 100% arábico - Categoria superior - Grau de umidade: igual ou inferior a 5% - Índice de impurezas: até 1% - Isentos de elementos estranhos - Torra Média ou média clara; Moagem: fina - Com nota de qualidade global igual ou superior a 6,0 pontos, conforme escala sensorial da Resolução SAA 30, de 22/06/2007 em sua versão mais atualizada.- Embalado a vácuo em material apropriado - Estar conformidade com a Resolução 277, de 22/09/05, e alterações e com a Portaria SDA n 570, de 09/05/2022, do MAPA; em sua versão mais atualizada.- Deverá ser entregue em embalagem de 250 gr.- Na embalagem deverá conter: identificação do lote, nome empresarial, CNPJ, o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto - Validade mínima de 12 meses - A data da validade deverá constar a partir da entrega pelo fornecedor no almoxarifado deste Tribunal.- Devendo possuir em plena validade os laudos abaixo, emitidos por laboratórios habilitados pela REBLAS/ANVISA ou credenciado junto ao ministério da Agricultura que possuam ABNT ISO 17025, (a fim de garantir a confiabilidade) com as seguintes análises: Sensorial: avaliação de café, com nota de qualidade global mínima de 6,0 na escala sensorial de café; Físicoquímico (umidade), microscopia, microbiologia, granulometria (moagem), físico (ponto de torra), com data não superior a 90 dias. Será dispensada da apresentação do laudo sensorial (avaliação de café, com nota de qualidade global mínima de 6,0 na escala sensorial de café, a empresa que comprovar ter o produto (café) ofertado a certificação superior no Programa de Qualidade do Café – PQC da ABIC, através de certificação emitido pela ABIC, que deverá estar dentro do prazo de validade.- Marca de referência: Café Odebrecht Superior, São Braz, ou outra marca similar, com qualidades iguais ou superior às exigidas.	pct	26175,00	MUNICIPI O DE CAUCAIA / 1 - MUNICIPI O DE CAUCAIA	Portal Nacional de Contratações Públicas	COMERCIAL ELLEN LTDA	Microempresa	R\$ 26,90	R\$ 27,13	VÁLIDO	
				MUNICIPI O DE APUÍ / 1 - Prefeitura Municipal de Apuí	Portal Nacional de Contratações Públicas	R. DE SOUZA SANTOS COMERCIAL	Empresa de Pequeno Porte	R\$ 23,49		VÁLIDO	
				MUNICIPI O DE ITAPIPOC A / 202588 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTAO	Portal Nacional de Contratações Públicas	PROVIX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 28,11		VÁLIDO	
				JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO	Compras.gov.br	MIKROSHOP COMERCIO SOLUCOES E TECNOLOGIA LTDA	Microempresa	R\$ 29,50		VÁLIDO	



Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
				DO CEARA							
				Prefeitura Municipal de Eirunepé	Portal de Compras Publicas	CLAZION E ARLEIDE LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 27,50 R\$ 27,67		VÁLIDO	
2	CAFÉ TORRADO E MOÍDO CATEGORIA SUPERIOR - Grupo: torrado e moído - 100% arábico - Categoria superior - Grau de umidade: igual ou inferior a 5% - Índice de impurezas: até 1% - Isentos de elementos estranhos - Torra Média ou média clara; Moagem: fina - Com nota de qualidade global igual ou superior a 6,0 pontos, conforme escala sensorial da Resolução SAA 30, de 22/06/2007 em sua versão mais atualizada.- Embalado a vácuo em material apropriado - Estar conformidade com a Resolução 277, de 22/09/05, e alterações e com a Portaria SDA n 570, de 09/05/2022, do MAPA; em sua versão mais atualizada.- Deverá ser entregue em embalagem de 250 gr.- Na embalagem deverá conter: identificação do lote, nome empresarial, CNPJ, o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto - Validade mínima de 12 meses - A data da validade deverá constar a partir da entrega pelo fornecedor no almoxarifado deste Tribunal.- Devendo possuir em plena validade os laudos abaixo, emitidos por laboratórios habilitados pela REBLAS/ANVISA ou credenciado junto ao ministério da Agricultura que possuam ABNT ISO 17025, (a fim de garantir a confiabilidade) com as seguintes análises: Sensorial: avaliação de café, com nota de qualidade global mínima de 6,0 na escala sensorial de café; Físicoquímico (umidade), microscopia, microbiologia, granulometria (moagem), físico (ponto de torra), com data não superior a 90 dias. Será dispensada da apresentação do laudo sensorial (avaliação de café, com nota de qualidade global mínima de 6,0 na escala sensorial de café, a empresa que comprovar ter o produto (café) ofertado a certificação superior no Programa de Qualidade do Café – PQC da ABIC, através de certificação emitido pela ABIC, que deverá estar dentro do prazo de validade.- Marca de referência: Café Odebrecht Superior, São Braz, ou outra marca similar, com qualidades iguais ou superior às exigidas.	pct	2948,00	MUNICIPI O DE CAUCAIA / 1 - MUNICIPI O DE CAUCAIA	Portal Nacional de Contratações Públicas	COMERCIAL ELLEN LTDA	Microempresa	R\$ 26,90		VÁLIDO	
				MUNICIPI O DE APUÍ / 1 - Prefeitura Municipal de Apuí	Portal Nacional de Contratações Públicas	R. DE SOUZA SANTOS COMERCIAL	Empresa de Pequeno Porte	R\$ 23,49		VÁLIDO	
				MUNICIPI O DE ITAPIPOC A / 202588 - SECRETA RIA DE PLANEJA MENTO E GESTAO	Portal Nacional de Contratações Públicas	PROVIX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 28,11	R\$ 27,13	VÁLIDO	
				JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCI A NO ESTADO DO CEARA	Compras.gov.br	MIKROSHOP COMERCIO SOLUCOES E TECNOLOGIA LTDA	Microempresa	R\$ 29,50		VÁLIDO	
				Prefeitura Municipal de Eirunepé	Portal de Compras Publicas	CLAZION E ARLEIDE LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 27,50 R\$ 27,67		VÁLIDO	





Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Compras.gov.br

www.gov.br/compras/pt-br

Data: 21/01/2026 16:18:31

Acessar a fonte [aqui](#)

2 - Portal de Compras Publicas

www.portaldecompraspublicas.com.br

Data: 26/02/2026 08:34:09

Acessar a fonte [aqui](#)

3 - Portal Nacional de Contratações Públicas

<https://www.gov.br/pncp/pt-br>

Data: 21/01/2026 10:01:20

Acessar a fonte [aqui](#)



Relatório gerado no dia 13/04/2026 14:20:35 (IP: 200.6.49.254)

Código Validação: HSS73OdVjx1G5V%2bGdpzosTaORO8RDfBUuASfn5nPHJS2v7OfTzosSQ%3d%3d

<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=HSS73OdVjx1G5V%2bGdpzosTaORO8RDfBUuASfn5nPHJS2v7OfTzosSQ%253d%253d>

Anexo 1

MEMORIAL DE CÁLCULO

Item 1 - CAFÈ TORRADO E MOÍDO 250G (AMPLA CONCORRÊNCIA):

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 13.403.884/0001-77	R\$ 26,90	R\$ 26,90
1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 26,90		
2. Valor Calculado: R\$ 26,90		

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 01.776.529/0001-64	R\$ 23,49	R\$ 23,49
1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 23,49		
2. Valor Calculado: R\$ 23,49		

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 17.328.748/0001-10	R\$ 26,30	R\$ 26,30
2 58.502.413/0001-54	R\$ 29,92	R\$ 29,92
1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 26,30, 29,92		
2. Soma das propostas selecionadas: 26,30 + 29,92 = 56,22		
3. Divisão pela quantidade selecionada: 56,22 / 2 = 28,11		
4. Valor Calculado: R\$ 28,11		

Preço (Compras Governamentais) 4: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 08.388.921/0001-85	R\$ 36,00	R\$ 28,70
2 64.106.552/0001-61	R\$ 29,90	R\$ 29,50
3 53.254.670/0001-09	R\$ 36,80	R\$ 36,80
4 48.947.862/0001-52	R\$ 36,80	R\$ 36,80
5 05.549.656/0001-81	R\$ 36,82	R\$ 36,82
6 06.910.908/0001-19	R\$ 36,82	R\$ 36,82
7 19.295.403/0001-33	R\$ 36,82	R\$ 36,82
8 11.914.096/0001-10	R\$ 36,82	R\$ 36,82
9 29.463.840/0001-72	R\$ 500,00	R\$ 500,00
1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 28,70, 29,50, 36,80		
2. Valor Calculado: R\$ 29,50		

Preço (Outros Entes Públicos) 5: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 05.881.930/0001-15	R\$ 25,50	R\$ 20,50
2 05.344.603/0002-05	R\$ 34,50	R\$ 34,50
1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 20,50, 34,50		
2. Soma das propostas selecionadas: 20,50 + 34,50 = 55,00		
3. Divisão pela quantidade selecionada: 55,00 / 2 = 27,50		
4. Valor Calculado: R\$ 27,50		
5. Metodologia de correção de índice:		
6. Data início: 05/2025		
7. Data fim: 04/2026		
8. Valor original: R\$ 27,50		
9. Valor índice inicial: 7127,72		

10. Valor Índice final: 7373,64
11. Fator de correção para o período: $(7373,64 / 7127,72) = 1,0062$
12. Valor Corrigido (IPCA-E): $R\$ 27,50 \times 1,0062 = R\$ 27,67$

Item 2 - CAFÉ TORRADO E MOÍDO 250G (ME/EPP):

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 13.403.884/0001-77	R\$ 26,90	R\$ 26,90
1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 26,90		
2. Valor Calculado: R\$ 26,90		

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 01.776.529/0001-64	R\$ 23,49	R\$ 23,49
1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 23,49		
2. Valor Calculado: R\$ 23,49		

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 17.328.748/0001-10	R\$ 26,30	R\$ 26,30
2 58.502.413/0001-54	R\$ 29,92	R\$ 29,92
1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 26,30, 29,92		
2. Soma das propostas selecionadas: $26,30 + 29,92 = 56,22$		
3. Divisão pela quantidade selecionada: $56,22 / 2 = 28,11$		
4. Valor Calculado: R\$ 28,11		

Preço (Compras Governamentais) 4: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 08.388.921/0001-85	R\$ 36,00	R\$ 28,70
2 64.106.552/0001-61	R\$ 29,90	R\$ 29,50
3 53.254.670/0001-09	R\$ 36,80	R\$ 36,80
4 48.947.862/0001-52	R\$ 36,80	R\$ 36,80
5 05.549.656/0001-81	R\$ 36,82	R\$ 36,82
6 06.910.908/0001-19	R\$ 36,82	R\$ 36,82
7 19.295.403/0001-33	R\$ 36,82	R\$ 36,82
8 11.914.096/0001-10	R\$ 36,82	R\$ 36,82
9 29.463.840/0001-72	R\$ 500,00	R\$ 500,00
1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 28,70, 29,50, 36,80		
2. Valor Calculado: R\$ 29,50		

Preço (Outros Entes Públicos) 5: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 05.881.930/0001-15	R\$ 25,50	R\$ 20,50
2 05.344.603/0002-05	R\$ 34,50	R\$ 34,50
1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 20,50, 34,50		
2. Soma das propostas selecionadas: $20,50 + 34,50 = 55,00$		
3. Divisão pela quantidade selecionada: $55,00 / 2 = 27,50$		
4. Valor Calculado: R\$ 27,50		
5. Metodologia de correção de índice:		
6. Data início: 05/2025		
7. Data fim: 04/2026		
8. Valor original: R\$ 27,50		
9. Valor Índice inicial: 7127,72		
10. Valor Índice final: 7373,64		

11. Fator de correção para o período: $(7373,64 / 7127,72)$: 1,0062

12. Valor Corrigido (IPCA-E): R\$ 27,50 \times 1,0062 = R\$ 27,67